



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 44/XIII/ 2.ª SL

Aos 06 dias do mês de outubro de 2016, pelas 14:00 horas, reuniu a Comissão de Saúde, na sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. *Informações;*

2. *Apreciação e votação das atas n.ºs 42 e 43, respetivamente de 27 e 28 de setembro;*

3. *Outros assuntos: - Requerimento do PSD a solicitar a audição urgente do Ministro da Saúde; - Possibilidade de alteração da data da audição do Ministro da Saúde, no âmbito do OE 2017, de 9 para 14 de novembro.*

14:10 Audiência da Sociedade Portuguesa de Hipertensão para «Debater os novos desenvolvimentos no que diz respeito ao consumo de sal em Portugal, assim como definir novas estratégias para diminuir o seu consumo».

1. Informações

O Presidente informou que o Presidente do CNPMA, para além da audiência pedida à Comissão, solicitou uma audiência ao PAR, que indicou o Vice-Presidente Jorge Lacão para o receber, convidando o Presidente da Comissão de Saúde a estar presente. Deu ainda conta do pedido de desistência da Petição n.º 158/XIII (1.ª), por parte do peticionário Grupo de Estudos do Cancro de Cabeça e Pescoço, que invoca que estão a ser recolhidas assinaturas para remeter nova Petição que possa ser discutida no Plenário. A desistência foi aceite pela Comissão.

2. Apreciação e votação das atas n.ºs 42 e 43, respetivamente de 27 e 28 de setembro

As atas n.ºs 42 e 43, relativas aos dias 27 e 28 de setembro, foram aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do CDS-PP e do PEV.

3. Outros assuntos

O Presidente deu conta do requerimento do PSD, entretanto chegado à Comissão, que solicita a audição urgente do Ministro da Saúde para prestar esclarecimentos sobre o Despacho n.º 143/2016, nos termos do qual determina às entidades do Serviço Nacional de Saúde (SNS), tuteladas pelo Ministério da Saúde, que «*Antes da assunção de qualquer compromisso, os investimentos, incluindo os de reposição, devem ser submetidos à autorização da tutela*». Não havendo oposição à sua discussão nesta reunião, deu a palavra ao Grupo Parlamentar requerente.



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 44/XIII/ 2.ª SL

O Deputado Miguel Santos apresentou o requerimento começando por referir que na audição da semana passada o Ministro não fez qualquer alusão a esta matéria, mesmo tendo sido questionado pelos grupos parlamentares sobre perspectivas que vêm definidas no Despacho n.º 143/2016. Ele próprio colocou uma pergunta ao Ministro sobre o volume de investimento previsto para este ano no SNS e o Ministro não fez qualquer menção a este Despacho, lembrando que foram tornadas públicas as posições do PCP e do BE também contra o Despacho. Assim, entende que o Ministro deve prestar esclarecimentos sobre o real ponto da situação do SNS, acrescentando que a audiência tem carácter de urgência, pelo que deve ser concretizada no prazo de uma semana e não incluída numa qualquer ronda adicional.

A Deputada Luísa Salgueiro disse que, por uma questão de princípio, e sempre que o Parlamento entender necessário, o Ministro deve vir prestar esclarecimentos. Dado que o Ministro virá em novembro apresentar o OE 2017, na parte da saúde, sugeriu que se compatibilizassem as datas, fazendo uma ronda adicional nesse dia.

O Deputado Moisés Ferreira frisou que este Despacho já mereceu uma crítica pública por parte do BE, pelo que acompanharão o requerimento. Considera necessário que o Ministro responda por este Despacho e o Parlamento deve fazer uso do seu poder fiscalizador.

A Deputada Carla Cruz referiu que o PCP já tomou posição pública sobre este Despacho e até endereçou uma pergunta ao Ministério. Considerou pertinente ouvir o Ministro.

A Deputada Teresa Caeiro, considerando a relevância do assunto, disse ser importante ouvir as explicações do Ministro, pelo que viabilizará o requerimento.

O Presidente colocou o requerimento à votação que foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV, ficando o Presidente mandatado para contactar o gabinete do Ministro para agendar a audição.

O Presidente informou ter sido proposta uma alteração à data da reunião com o Ministro da Saúde no âmbito da discussão do OE 2017, de 9 para 14 de novembro, a pedido da Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação. Os respetivos Ministros já acertaram as datas, pelo que, não havendo nada a opor por parte dos Deputados, a audição com o Ministro da Saúde fica então marcada para o dia 14 de novembro, às 9:30. O Presidente informará o Gabinete do Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares sobre esta alteração.



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 44/XIII/ 2.ª SL

14:10 Audiência da Sociedade Portuguesa de Hipertensão para «Debater os novos desenvolvimentos no que diz respeito ao consumo de sal em Portugal, assim como definir novas estratégias para diminuir o seu consumo»

(A audiência foi integralmente gravada)

O Presidente deu a palavra ao Presidente da Sociedade Portuguesa de Hipertensão para «Debater os novos desenvolvimentos no que diz respeito ao consumo de sal em Portugal, assim como definir novas estratégias para diminuir o seu consumo».

O Professor Mesquita Bastos, Presidente da Sociedade Portuguesa de Hipertensão (SPH), veio acompanhado pelo Professor Pedro Cunha, Secretário-Geral da SPH e por Renata Pinto, Assessora de Imprensa da SPH. Depois de cumprimentar o Presidente e os Deputados, fez uma apresentação em *power point*, [parte I](#) e [parte II](#), da qual deixou cópia, sobre o consumo de sal, sublinhando que Portugal foi o 1.º país que teve uma lei sobre o teor de sal no pão, Lei n.º 75/99, de 12 de agosto, a qual estabelece normas com vista à redução do teor de sal no pão, bem como informação na rotulagem de alimentos embalados destinados ao consumo humano, estando a ser seguida por outros países. Segundo a OMS o consumo de sal por dia e por pessoa é de cerca de cinco gramas, mas em Portugal a maior parte das crianças consomem sal acima do recomendado, atingindo às vezes 17 gramas. É um valor muito alto, que poderia ser combatido em parte através de um maior consumo de legumes e frutas, o que não se verifica. Falou da necessidade do poder político tomar medidas contra o consumo excessivo de sal, bem como da melhoria das informações constantes da rotulagem nos alimentos através do semáforo de cor e a monitorização do sal nas refeições escolares. Falou também do protocolo de colaboração entre a SPH e a Associação dos Industriais de Panificação, Pastelaria e Similares do Norte, com vista à redução de sal nos alimentos. Concluindo, a SPH propõe que uma das medidas específicas seja, por exemplo, a substituição da dose de sal por ervas aromáticas.

Usaram da palavra para cumprimentar a SPH pelo trabalho desenvolvido, agradecendo a exposição, tecendo considerações e fazendo perguntas os Deputados Isaura Pedro, que reconhece que a Sociedade tem sensibilizado a população para os riscos do consumo elevado de sal, lembrando que as medidas constantes da Lei n.º 75/99 não estão a ser monitorizadas, mas era importante que o fossem; Carla Cruz, que falou das consequências do consumo excessivo de sal, nomeadamente, o que está presente nos produtos mais baratos e mais nocivos à saúde, que são mais acessíveis para as pessoas do que os produtos saudáveis, sendo os preços condicionadores do seu consumo. Reconheceu a necessidade de haver refeições de qualidade nas cantinas



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 44/XIII/ 2.ª SL

escolares e públicas; António Sales referiu a iliteracia em saúde por parte da população, a má qualidade das refeições nas cantinas escolares no que concerne ao consumo de sal e a taxação de produtos de alto teor de sal e de açúcar, pretendendo saber qual o seu impacto na saúde pública; Teresa Caeiro também se disponibilizou para cooperar com a SPH e Moisés Ferreira, disse que acredita mais nas políticas de prevenção do que nas de repressão. Considerou que muitas das propostas deviam ser discutidas, nomeadamente com a restauração. Disse acompanhar muitas das propostas trazidas, referindo que o BE está empenhado em traduzir algumas delas em medidas legislativas.

O Presidente da Sociedade Portuguesa de Hipertensão agradeceu as palavras dos Deputados e respondeu às questões colocadas, referindo que tudo o que é anunciado, mas não é monitorizado, na prática não existe. Informou que vai reunir com os responsáveis pela educação a fim de serem introduzidos diversos conceitos e se as cantinas escolares melhorassem a qualidade dos alimentos, isso iria ter um grande impacto positivo no futuro.

O Presidente agradeceu a presença e os esclarecimentos da Sociedade Portuguesa de Hipertensão, que será a primeira de muitas, colocando-se à disposição.

A reunião foi encerrada às 15:20 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada, podendo a respetiva gravação ser consultada no seguinte link:

<http://www.canal.parlamento.pt/?cid=1340&title=audiencia-da-sociedade-portuguesa-de-hipertensao>

Palácio de São Bento, 06 outubro 2016.

O PRESIDENTE

(JOSÉ DE MATOS ROSA)



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 44/XIII/ 2.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Sales
Carla Cruz
Cristóvão Simão Ribeiro
Domingos Pereira
Eurídice Pereira
Fátima Ramos
Isaura Pedro
João Gouveia
José António Silva
José de Matos Rosa
José Luís Ferreira
Luís Graça
Luís Soares
Luís Vales
Luísa Salgueiro
Marisabel Moutela
Miguel Santos
Moisés Ferreira
Ricardo Baptista Leite
Teresa Caeiro
António Topa
José Silvano
Patrícia Fonseca

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Ângela Guerra
Isabel Galriça Neto
Jorge Falcato Simões
Maria Antónia de Almeida Santos